



## O programa de reciclagem da ONU preocupa os fabricantes brasileiros...

A Organização das Nações Unidas pretende preocupar todo mundo com a reciclagem de eletroeletrônicos. Vai lançar amanhã, dia 7, uma iniciativa batizada de StEP — *Solving the E-Waste Problem*, ou *Resolvendo o Problema dos e-Resíduos*. Executivos brasileiros estão preocupados.

Muita gente não sabe, mas a indústria eletroeletrônica consome recursos naturais não-renováveis em grande quantidade. Um computador de mesa, até ficar pronto, exige dez vezes o seu peso em combustíveis fósseis e produtos químicos. Se vier com monitor comum de 17 polegadas (com tubo de raios catódicos), o computador exige 240 quilos de combustíveis fósseis, 22 quilos de produtos químicos e 1.500 quilos de água tratada. Carros, até ficarem prontos, raramente exigem duas vezes o seu peso em combustíveis fósseis e produtos químicos.

Todos os anos, as pessoas se desfazem de 40 milhões de toneladas de computadores, TVs, rádios, telefones, tocadores de MP3, aparelhos de navegação por GPS, cafeteiras, torradeiras, secadores de cabelos... Ou seja, elas se desfazem de ouro, cobre, chumbo, platina, zinco, índio, bismuto, rutênio. Só o preço do rutênio aumentou sete vezes desde janeiro de 2006 — ele é usado em discos. Se os equipamentos chegam num desmanche, gente mal treinada, trabalhando em condições sub-humanas, vai desmontar os equipamentos e enviar o que presta para oficinas especializadas no conserto de aparelhos contrabandeados. As partes e peças sem valor para o dono do desmanche terminam em lixões ou em incineradores — e enchem o ar e os lençóis d'água de substâncias tóxicas, como hidrocarbonetos e mercúrio. Com o StEP, a ONU pretende padronizar no mundo inteiro os processos de reciclagem. Pouco mal acontece e muito bem acontece se cada pessoa souber aonde levar o equipamento indesejado, e se funcionários treinados souberem como desmontar e despachar cada parte e peça.

### ... pois pode aumentar a participação do mercado cinza.

No Brasil, se o executivo trabalha para exportadores de eletroeletrônicos, já conhece a StEP, porque a matriz doou recursos humanos e informações para a ONU — é o caso da Dell, da Ericsson, da HP, da Microsoft, da Philips. Ou então porque, para exportar para qualquer país da Comunidade Européia, a fábrica precisa se submeter a um conjunto de leis chamado de *Projetado para o Ambiente* — *Designed for Environment*. É o caso da Motorola no Brasil.

Ela precisa informar, aos órgãos reguladores europeus, como o consumidor europeu pode descartar os equipamentos sem prejudicar o ambiente. Isso obriga os executivos brasileiros a fazer acordos com recicladores na Europa e a acompanhar a legislação. A preocupação é com os políticos brasileiros.

A ONU pretende convencer cada país membro a incluir a StEP na sua legislação. Assim, muito do que está escrito nos documentos da StEP pode ir parar na Política Nacional de Resíduos Sólidos, em tramitação no Congresso Nacional. É bom que haja uma política nacional, pois as iniciativas brasileiras de reciclagem de eletroeletrônicos são “pontuais, resultado de iniciativas individuais”, explica André Luís Saraiva, vice-diretor de meio ambiente da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee). Nem o Estado de São Paulo tem uma política. Mas é ruim que o custo da reciclagem seja pago só por empresas, como está escrito na Política Nacional de Resíduos Sólidos em essência.

Pessoas comuns compram a maior parte dos aparelhos eletroeletrônicos. Então, o Congresso deve achar uma fórmula para que pessoas comuns paguem uma parte do custo da reciclagem dos resíduos sólidos — incluindo os eletroeletrônicos. Se não for assim, diz André Luiz Saraiva, a indústria inclui o custo da reciclagem nos preços, os preços sobem e o consumidor vai comprar aparelhos, partes e peças nas lojas de contrabando, cuja preocupação com o ambiente ou os recursos naturais não-renováveis é zero.

O problema é que o Código de Defesa do Consumidor impede o fornecedor de criar qualquer tipo de problema para o consumidor, inclusive obrigá-lo a jogar fora seu aparelho numa loja especializada.

Segundo André Luiz, até o primeiro semestre de 2008 no máximo será possível saber como o Congresso resolveu o problema. Para o PT, é importante aprovar o texto da Política Nacional de Resíduos Sólidos antes das eleições de 2010.

Fonte: [www.planoeditoral.com.br/tigoverno](http://www.planoeditoral.com.br/tigoverno) - 06 de março de 2007 – Edição 194 ano 4

